



A Formação do Conceito Ocidental de Democracia Vigente após a Segunda Guerra Mundial

Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior¹
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ
santosjr.pcg@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3250-5893>
<https://doi.org/10.5281/zenodo.13760137>

Resumo

"Democracia" é, talvez, a palavra mais importante para a política internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial. Devido à hegemonia econômica dos EUA sobre o bloco ocidental então formado, o modelo democrata estadunidense se transformou num exemplo definitivo para toda a esfera de influência deste país. Neste processo, a quantidade de governos que passaram a se intitular "democráticos" cresceu enormemente, na mesma proporção que se diversificaram as teorias que tentavam explicar o fenômeno político. Como resultado, "democracia" se tornou um termo suscetível a tantas interpretações distintas que é impossível reduzi-lo a uma concepção única. Torna-se necessário então retroceder às suas origens históricas para que se possa adquirir alguma compreensão efetiva sobre seu significado. Este trabalho pretende fornecer alguns subsídios neste sentido.

Palavras-chave: Democracia, Pós-Guerra, EUA, Liberalismo.

Introdução

O final da Segunda Guerra Mundial representou a grande vitória econômica dos EUA sobre a enorme destruição financeira e material da outrora poderosa Europa, ao mesmo tempo em que surgia a bipolaridade mundial entre duas visões político-econômicas distintas e igualmente poderosas na época: os blocos socialista (Oriental) e capitalista (Ocidental). O desfecho da guerra representou um momento de incomparável vantagem financeira e superioridade militar dos EUA sobre todos os outros países do Ocidente porque o seu poder, que vinha crescendo e se ampliando rapidamente desde as últimas décadas do século XIX, tornou-se hegemônico para o bloco ocidental que começava a se formar.

Ao terminar a guerra, o poderio dos Estados Unidos alcançou seu ponto mais alto, talvez o máximo. Não só fora o fator principal da vitória dos Aliados, mas, uma vez terminado o conflito, era o único a monopolizar a bomba atômica. Foi a única das grandes nações beligerantes a não sofrer danos de guerra, a não ser os das operações de ultramar, e cujo desenvolvimento industrial e agrícola era maior do que antes de entrar no conflito. Calcula-se que, em 1948, desfrutava de 40% da renda mundial [...] Isso se refletia em seu próprio poderio militar, pois era a primeira em aviação, forças terrestres e navais (ALLEN apud AQUINO, 2002, p. 465)

¹ Bacharel em Relações Internacionais, mestre e doutorando em Ciência Política pela UFF.

[...] Para os EUA, que dominaram a economia internacional após a Segunda Guerra Mundial, esta superioridade não era em nada excepcional. Na verdade, representava apenas uma continuidade para a expansão vivida durante os anos de conflito que, conforme já vimos, foram especialmente benfazejos a este país. Os EUA não sofreram danos [dentro do seu território], aumentaram seu PIB em dois terços e terminaram a guerra responsáveis por quase dois terços de toda a produção industrial do mundo [...] (HOBSBAWM, 1994, p. 258)¹

Era inevitável que todo esse poderio financeiro e militar se transformasse também em poder de influência sobre uma Europa arrasada pela guerra e sobre os países mais pobres simpáticos ao Ocidente, todos eles ansiosos pela conquista (ou restabelecimento no caso da Europa) de alguma prosperidade econômica.

É interessante observar como as mudanças na interpretação da ideia de "democracia", desde Tocqueville até a Guerra Fria, acompanharam de perto o crescimento do poder dos EUA no cenário internacional. De um país comercialmente forte, com notável capacidade de influência regional e além-mar no final do século XIX, os EUA evoluíram para um ator de grande importância no desfecho da Primeira Guerra Mundial até, finalmente, se tornarem a potência hegemônica no Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida apenas 20 anos após a primeira (AQUINO, 2002, p. 462-465). Neste mesmo período, no cenário internacional, a "democracia" passou de uma ideia marginal, repudiada pelos líderes políticos da época e ignorada pelas massas, ao grande ideal de realização do poderio estadunidense.

O século XX foi efetivamente um século de intensa disputa em torno da questão democrática. Essa disputa, travada ao final de cada uma das guerras mundiais e ao longo do período da guerra fria, envolveu dois debates principais: na primeira metade do século o debate centrou-se em torno da desejabilidade da democracia. Se, por um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governo, por outro lado, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos. Essa foi a forma hegemônica de prática da democracia no pós-guerra, em particular nos países que se tornaram democráticos após a segunda onda de democratização [durante a Guerra Fria] (AVRITZER; SANTOS, 2002, p. 39).

A ideologia "democrática" defendida pelos EUA durante a Guerra Fria estava diretamente relacionada com a manutenção e expansão de sua hegemonia econômica sobre o bloco Ocidental. Desta forma, não se tratava, obviamente, de um sistema de

¹ Tradução nossa, do original: "[...] For the USA, which dominated the world economy after the second World War, it was not all that revolutionary. It merely continued the expansion of the war years which, as we have seen, had been uniquely kind to that country. It had suffered no damage, increased its GNP by two thirds and ended the war with almost two thirds of the world's industrial production [...]"

poder que verdadeiramente privilegiasse a vontade ou os anseios da população em geral, mas sim de um sistema que visava garantir a primazia das decisões e dos interesses de uma pequena elite sobre a sociedade em geral. O discurso político em favor deste ideal também mudou: apesar de ainda ser associada com o "poder do povo", a "democracia" passou a ser apresentada como um processo eleitoral supostamente capaz de assegurar a representatividade dos interesses da população, e não mais como um conjunto de valores conforme acontecia na antiguidade.

[...] Democracia se tornou o nome preferido para a base sobre a qual nós assentamos tanto a noção de pertencimento quanto a nossa dependência [...] Ela é, acima de tudo, nossa referência de identificação política: "Nós, o povo". E o significado deste termo (mesmo agora, quando tão claramente diverge do que vemos mundo afora) é que as pessoas (nós) detemos o poder e exercitamos o comando. Era o que ele queria dizer em Atenas, onde de fato guardava uma certa relação com a realidade. E é o que ele significa hoje, quando soa como uma enorme falsidade: uma mentira descarada [...] (DUNN, 2019, p. 45)²

A plataforma econômica sobre a qual se expandiu a ideologia "democrática" estadunidense no pós-guerra foi o plano de auxílio à reconstrução da Europa e de fomento ao desenvolvimento econômico dos países mais pobres ou recém-independentes (Plano Marshall). O ideal de livre comércio entre países amigos e mutuamente interessados no bem comum foi a propaganda deste projeto. Além disso, o rápido crescimento do bloco comunista, iniciado em 1922 com a criação da URSS e concretizado com a ocupação do leste europeu durante a campanha contra os nazistas, inspirava temor e fez com que os EUA agissem rápido e sem maiores escrúpulos financeiros no sentido de garantir a adesão dos outros países do mundo ao lado capitalista e, desta forma, evitar a ampliação do lado socialista. Com farto poder financeiro e tecnológico disponível em mãos, o governo estadunidense concluiu que o investimento na construção de uma hegemonia econômica seria, a médio e longo prazos, mais lucrativo e bem menos perigoso em termos militares, do que enfrentar diretamente o seu opositor num possível conflito nuclear visando a conquista de territórios sobre o planeta.

Felizmente, para os aliados americanos, a situação nos anos de 1946 a 1947 parecia tão tensa que Washington entendeu que o desenvolvimento de uma Europa forte, e um pouco depois, de uma

2 tradução nossa, do original: "[...] Democracy has come to be our preferred name for the sole basis on which we accept either our belonging or our dependence. [...] It is, above all, our term for political identification: we, the people. What the term means (even now, when that so clearly is not how matters are in the outside world) is that the people (we) hold power and exercise rule. That was what it meant at Athens, where the claim bore some relation to the truth. That is what it means today, when it very much appears a thumping falsehood: a bare-faced lie [...]"

economia japonesa forte, eram as prioridades mais urgentes. Assim, o Plano Marshall, uma estratégia gigantesca para a recuperação europeia, foi lançado em junho de 1947. Diferente dos "auxílios" anteriores, que claramente fizeram parte de uma diplomacia econômica agressiva, o novo auxílio tomou, na maioria das vezes, a forma de doações e não de empréstimos. [Entretanto] Mais uma vez, para a sorte dos aliados, o plano original americano para a construção de uma economia mundial do pós-guerra baseada no livre comércio, livre conversibilidade [de moedas] e livres mercados dominados pelos EUA se mostrou irreal. Não só porque as desesperadas dificuldades de pagamento da Europa e Japão, ambos sedentos por dólares cada vez mais escassos no mercado internacional, significavam que não havia perspectiva imediata de implantação prática dos ideais liberais; mas também porque os EUA não estavam em condição de impor aos Estados europeus seu ideal de um plano único, preferencialmente levando a uma Europa única que seria a reprodução direta do modelo estadunidense, tanto em estrutura política quanto na economia baseada na livre iniciativa [...] (HOBSBAWM, 1994, p. 240)³

A "ameaça comunista" impediu os EUA de transformarem sua estratégia de hegemonia econômica numa imposição militar pura e simples porque, se assim o fizessem, perderiam a "disputa moral" com os russos ao contrariarem explicitamente seus ideais liberais. Desta forma, a ideologia democrática ganhou mais peso e importância como força de convencimento e atração ao bloco ocidental. E ela se mostrou muito útil neste sentido por diversos motivos, entre eles a facilidade de adaptação e manipulação por interesses diversos e muitas vezes até antagônicos. Como se tratava de uma ideia muito antiga amplamente resignificada ao longo da história recente, utilizá-la como propaganda e manipulação de opinião não seria algo difícil.

A democracia em si mesma, conforme já vimos, não especifica nenhuma estrutura clara e bem definida de governo. Mesmo como ideia (e menos ainda como prática) ela falha completamente em garantir qualquer relação segura e duradoura de resultados justos sobre qualquer assunto que se deseje abordar. Ao ser adotada numa estrutura de governo, dentro de uma dada sociedade num dado momento da história, a democracia torna muito provável que decisões específicas sejam flagrantemente injustas. As ideias de justiça e democracia [são distintas e] se unem de maneira precária, entrando constantemente em conflito na prática [...] (DUNN, 2019, p. 124)⁴

3 Tradução nossa, do original: "Fortunately for America's allies, the west European situation in 1946-47 seemed so tense that Washington felt that the development of a strong European, and a little later, a strong Japanese economy was the most urgent priority, and the Marshall Plan, a massive design for European recovery, was launched accordingly, in June 1947. Unlike earlier aid, which was clearly part of aggressive economic diplomacy, it mostly took the form of grants rather than loans. Again, fortunately for them, the original American plan for a post-war world economy of free trade, free convertibility and free markets, dominated by the USA proved quite unrealistic, if only because the desperate payments difficulties of Europe and Japan, thirsting for ever-scarcer dollars, meant that there was no immediate prospect for liberalizing trade and payments. Nor was the US in a position to impose on the European states its ideal of a single European plan, preferably leading to a single Europe modelled on the USA in its political structure as well as in its flourishing free enterprise economy [...]"

4 Tradução nossa, do original: "Democracy in itself, as we have seen, does not specify any clear and definite structure of rule. Even as an idea (let alone as a practical expedient) it wholly fails to ensure any regular and reassuring relation to just outcomes over any issue at all. As a structure of rule, within any actual society at any time, it makes it overwhelmingly probable that many particular outcomes will turn out flagrantly unjust. The idea of justice and the idea of democracy fit very precariously together. They clash constantly in application [...]"

Esta indeterminação conceitual intrínseca ao discurso democrático facilitou sua adaptação às concepções hegemônicas (e antagônicas economicamente) que caracterizaram o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Surgiram, então, duas visões distintas de democracia que passaram a fazer parte das respectivas ideologias político-econômicas de cada um dos lados da Guerra Fria.

O debate sobre a democracia da primeira metade do século XX foi marcado pelo enfrentamento entre duas concepções de mundo e sua relação com o processo de modernização do Ocidente. De um lado, a concepção que C. B. MacPherson batizou de liberal-democracia e de outro uma concepção marxista de democracia que entendia a autodeterminação no mundo do trabalho como o centro do processo de exercício da soberania por parte de cidadãos entendidos como indivíduos-produtores. Desse enfrentamento surgiram as duas concepções hegemônicas no interior da teoria democrática que passaram a vigorar na segunda metade do século XX [...] (AVRITZER; SANTOS, 2002, p. 39).

Não só estas duas reinterpretações predominantes e inconciliáveis de democracia (cada uma delas se intitulando a "verdadeira") passaram a coexistir num mundo dual, dividido entre duas grandes potências econômicas, como também várias práticas políticas bem distintas passaram a se intitular "democráticas" dentro do bloco ocidental. Países que adotam ou adotavam a monarquia (nas suas múltiplas variações contemporâneas), parlamentaristas, presidencialistas com votação direta ou indireta para o líder do executivo e até mesmo regimes totalitários (conforme aconteceu na América Latina e alhures, incluindo a totalidade dos países no bloco oriental), se intitulavam "democráticos" ou "defensores da democracia". O uso do termo se banalizou de tal maneira que qualquer referência à "democracia" se tornaria imediatamente polêmica e altamente contestável: "[...] toda a idéia de democracia é, hoje, controversa; e essa situação não deve ser vista como passageira ou contingente. É um efeito de seu valor nas disputas políticas contemporâneas." (MIGUEL, 2005, p. 5).

[...] a democracia tornou-se o horizonte normativo da prática e do discurso políticos. Tamanho consenso esconde uma profunda divergência quanto ao sentido da democracia: como é comum em relação a palavras que se tornam objeto de disputa política, os diferentes grupos empenhados em ostentar o rótulo promovem sua ressemantização, adequando seu significado aos interesses que defendem (MIGUEL, 2005, p. 5).

A fragilidade do discurso democrático contrasta, entretanto, com o seu efeito

prático. O apelo ao "poder do povo" reverbera no imaginário dos eleitores e assume papéis inusitados de elemento unificador, de identidade cultural. Através de um símbolo profundamente deceptivo, o idealismo de tempos antigos se encontra com as ideologias de hoje, celebrando seu caráter ilusório "[...] que prefere a imagem ao objeto, a representação à realidade, a aparência ao ser [...]" (FEUERBACH, 1881, p. xiii)⁵. Por detrás da crença, da máscara ostentada pelo culto à "democracia", encontra-se qualquer coisa menos aquilo que se esperava encontrar.

Assim como o papel estava destinado a se tornar a moeda dos EUA, palavras como "democracia" e "república" não poderiam ser preservadas da incontrolável tendência humana em supervalorizar qualquer coisa que possua um apelo superficial. Se já não era mais possível tolerar as hipocrisias da cena política, ainda assim, de alguma maneira, era necessário preservar a integridade da linguagem necessária para se colocar estas hipocrisias em ação (RUNCIMAN, 2008, p. 102)⁶.

Além do conflito fundamental entre o sentido etimológico original da palavra e as diversificadas práticas políticas relacionadas com o termo, a associação de "democracia" com liberdade (no sentido Tocquevilleano de igualdade de direitos), é uma outra inconsistência que se revela extremamente frágil na realidade mundana, e que em vários momentos históricos trouxe consequências funestas para o mundo. Na prática, não é possível à "democracia", no sentido de "governo do povo" ou "governo da maioria", garantir qualquer tipo de liberdade. A força que os movimentos de extrema direita têm reencontrado recentemente, durante as primeiras décadas deste século XXI, são um exemplo claro para este tipo de afirmação.

Para os ocidentais, democracia significa "democracia liberal": um sistema político que se realiza não só por eleições livres e justas, mas também pelo Estado de Direito, pela separação entre poderes, e pela garantia de proteção às liberdades mais básicas de expressão, manifestação, religião e propriedade. Mas este grupo de liberdades - normalmente chamadas de "liberalismo constitucional" - não possui intrinsecamente nada a ver com a democracia e os dois conceitos nem sempre são encontrados juntos, mesmo no Ocidente. [Para entender isto] Basta lembrar que Adolf Hitler se tornou Chanceler da Alemanha através de eleições livres. Durante a última metade de século no Ocidente, democracia e liberdade se fundiram. Mas hoje estas duas vertentes da democracia liberal, entrelaçadas no tecido da política

5 tradução nossa, do original: "[...] But certainly for the present age, which prefers the sign to the thing signified, the copy to the original, fancy to reality, the appearance to the essence, this change, inasmuch as it does away with illusion, is an absolute annihilation, or at least a reckless profanation; for in these days illusion only is sacred, truth profane [...]"

6 tradução nossa, do original: "But just as paper was destined to become the currency of the United States, so words like "democracy" and "republic" could not be preserved from the inevitable human tendency to inflate the value of anything that has a surface appeal. It was not possible to tolerate the trivial hypocrisies of political performance, yet somehow to preserve the integrity of the language needed to put these hypocrisies in context [...]"

ocidental, estão se separando ao redor do globo. A democracia está prosperando, mas a liberdade não. (ZAKARIA, 2007, p. 14)⁷

Mas para o principal responsável e maior fiador da ideologia democrática durante o século XX, a "democracia", independente das suas falhas, justifica-se por si mesma, e deve ser entendida, primordialmente, com um processo perfectível, sempre apto a se aprimorar em função dos objetivos colocados pela sociedade.

[...] democracia, assim como qualquer outra instituição humana, é imperfeita. Ela pode ser lenta, frustrante, difícil e confusa. Políticos tendem a ser impopulares nas democracias, porque, por definição, as democracias exigem que você obtenha 100% do que você quer. Ela exige um compromisso. É famosa a frase de Winston Churchill que diz "democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras". E numa sociedade multiétnica, multiracial e multicultural como os EUA, a democracia pode ser especialmente complicada [...] (OBAMA, 2016, p. 5)⁸

Assumir o caráter "frustrante" da "democracia" ocidental contemporânea em nada altera a sua realidade prática, mas, de fato, diz muito sobre a sua real natureza.

Antecedentes

Me parece inevitável que cedo ou tarde nós chegaremos, assim como os americanos, à igualdade quase completa de condições. Mas não concluo daí que tiraremos necessariamente, de tal estado social, as mesmas consequências políticas. Estou muito longe de crer que os americanos encontraram a única forma de governo que pode ser chamada de democracia, pois basta que nestes dois países a causa geradora das leis e dos costumes seja a mesma para que tenhamos um imenso interesse em saber o que ela produziu em cada um deles. (TOCQUEVILLE, 1848, p. 21)⁹

Uma vez findo o seu apogeu durante a Grécia Antiga, a "democracia", tanto como termo usual quanto como proposta de sistema político, caiu gradualmente em desuso no

7 tradução nossa, do original: "[...] For people in the West, democracy means "liberal democracy": a political system marked not only by free and fair elections but also by the rule of law, a separation of powers, and the protection of basic liberties of speech, assembly, religion, and property. But this bundle of freedoms— what might be termed "constitutional liberalism"—has nothing intrinsically to do with democracy and the two have not always gone together, even in the West. After all, Adolf Hitler became chancellor of Germany via free elections. Over the last half-century in the West, democracy and liberty have merged. But today the two strands of liberal democracy, interwoven in the Western political fabric, are coming apart across the globe. Democracy is flourishing; liberty is not [...]"

8 tradução nossa, do original: "[...] democracy, like all human institutions, is imperfect. It can be slow; it can be frustrating; it can be hard; it can be messy. Politicians tend to be unpopular in democracies, regardless of party, because, by definition, democracies require that you don't get a hundred percent of what you want. It requires compromise. Winston Churchill famously said "that democracy is the worst form of government" -- except for all the others. And in a multiethnic, multiracial, multicultural society, like the United States, democracy can be especially complicated [...]"

9 tradução nossa, do original: "Il me paraît hors de doute que tôt ou tard nous arriverons, comme les américains, à l'égalité presque complète de conditions. Je ne conclus point de là que nous soyons appelés un jour à tirer nécessairement, d'un pareil état social, les conséquences politiques que les Américains en ont tirées. Je suis très loin de croire qu'ils aient trouvé la seule forme de gouvernement que puisse se donner démocratie; mais il suffit que dans le deux pays la cause génératrice des lois et des mœurs soit la même, pour que nous ayons un intérêt immense à savoir ce qu'elle a produit dans chacun d'eux."

vocabulário europeu. E mesmo ao final do século XVIII, durante as duas grandes revoluções (Americana e Francesa) que iriam demarcar a ascensão do sistema econômico liberal no Ocidente, a "democracia" ainda não era vista como algo desejável.

Se nós traçarmos uma linha em termos puramente linguísticos, devemos insistir então no uso relativamente recente da palavra 'democracia', que enfatiza o governo popular, em oposição à palavra 'república', que tem uma forte ênfase nas instituições. A palavra 'democracia' não foi usada na França até 1794, e até a execução do rei ainda foi acompanhada pelos gritos de 'Viva a República' (ARENDDT, 1990, p. 120)¹⁰.

Renovada no rastro destes dois grandes marcos da Era Moderna através da valorização da liberdade e da visão liberal de mundo, a palavra "democracia" ganhou novos significados, agora apoiados no capitalismo e nos interesses econômicos. Alexis de Tocqueville, cidadão francês que interpretou a sociedade e a 'Revolução Americana' de maneira peculiar no seu trabalho mais importante, "Democracia na América", foi responsável por uma renovação conceitual do termo que mudou a maneira como o 'Novo Mundo' e sua recém-inaugurada estrutura política passaram a ser vistos pelos europeus e, até mesmo, pelos próprios estadunidenses.

Entretanto, é importante ressaltar, ao contrário do que afirmava Tocqueville e na acepção original dos seus idealizadores, os EUA não se pretendiam democráticos. Este fato fica claro ao considerarmos os interesses que orientaram o movimento separatista e seu desfecho logo após a independência: "[...] o poder político na antiga América Inglesa continuou nas mãos dos aristocratas do Sul e dos comerciantes e pequenos proprietários do Norte [...]" (AQUINO, 2002, p. 201). Ou seja, a chamada 'Revolução Americana' não teve como motivação a valorização dos interesses do povo e a transformação da sociedade (conforme aconteceu na Revolução Francesa), mas sim a eliminação de restrições econômicas e comerciais que prejudicavam o governo da colônia. A liberdade pleiteada era econômica e a guerra representou, na verdade, um esforço da elite local para consolidar o seu poder e se livrar da ingerência inglesa.

Uma vez que não resultou em mudanças fundamentais na estrutura da sociedade, há razão para perguntar se merece ser chamada ainda de revolução. No fundo foi uma luta entre interesses comerciais da Inglaterra e da América (Moore Jr. apud AQUINO, 2002, p. 202)

10 tradução nossa, do original: "[...] If we wish to draw the line in purely linguistic terms, we might insist on the relatively late date of the word 'democracy', which stresses the people's rule and role, as opposed to the word 'republic', with its strong emphasis on objective institutions. And the word 'democracy' was not used in France until 1794; even the execution of the king was still accompanied by the shouts: *Ville la republique*."

Esta característica fortemente elitista da independência dos EUA levou à consolidação de uma estrutura política restritiva em termos de poder. Não havia a intenção de se construir um governo popular ou de promover qualquer tipo de igualdade material entre as pessoas, ao contrário, a principal preocupação era a proteção da propriedade privada e a manutenção do poder pelos grupos dominantes. Para os "pais fundadores", a democracia representava uma enorme ameaça às minorias e por isso deveria ser evitada a todo custo. Desde o início, o grande objetivo era construir um governo republicano.

Ao invés deste perigoso projeto de nivelamento e homogeneização [proposta de governo participativo], Madison ofereceu um modelo diferente que prometia ser a cura para os males da democracia: uma República baseada num esquema representativo. A República de Madison é diferente da democracia pura em diversos sentidos. E as duas maiores diferenças estão, primeiro, no ato de delegar o governo a um pequeno grupo de cidadão e, segundo, na quantidade de representantes, tão maior quanto maior for a área de território coberta [...] (DUNN, 2019, p. 66)¹¹.

Para os idealizadores da estrutura política dos EUA, a democracia era algo altamente pernicioso, um tipo de governo que "[...] sempre foi turbulento e litigioso, sempre se mostrou incompatível com a segurança pessoal ou os direitos de propriedade e, em geral, sempre teve uma curta duração, com um final violento [...]" (DUNN, 2019, p. 66)¹².

Uma facção minoritária é capaz de provocar problemas sem fim mas, dentro de um sistema republicano, ela nunca encontrará oportunidades para se colocar acima da lei. Por outro lado, se uma facção consegue formar maioria, um governo popular lhe dará todas as oportunidades para sacrificar tanto os direitos das minorias quanto o bem comum em favor das paixões e interesses próprios (DUNN, 2019, p. 65)¹³.

Vale notar que, paralelamente aos interesses elitistas envolvidos, muito desta visão desfavorável da democracia se apoiava em pensadores antigos como Platão ou Aristóteles. É famosa a descrição que Aristóteles realizou das formas de governo na sua

11 tradução nossa, do original: " In place of that perilous project of levelling and homogenization, Madison offered a different model which promised to provide a cure for the ills of democracy: 'a Republic, by which I mean a Government in which the scheme of representation takes place'. A Republic in Madison's sense differed from a pure Democracy in several ways. 'The two great points of difference between a Democracy and a Republic are, first, the delegation of the Government, in the latter, to a small number of citizens: secondly, the greater number of citizens, and greater sphere of country, over which the latter may be extended.' [...]"

12 tradução nossa, do original: "That is why such democracies have always been so turbulent and contentious, have always proved incompatible with personal security or property rights, and 'have in general been as short in their lives, as they have been violent in their deaths' [...]"

13 tradução nossa, do original: "[...] A minority faction could provoke endless trouble; but within a republican government it ought never to find an opportunity to impose itself through the law. Where a faction forms a majority, however, popular governments give it every opportunity to sacrifice both the rights of minorities and the public good to its own passions and interests [...]"

época definindo-a como corrupção de um governo ideal composto por cidadãos virtuosos.

A degeneração destas formas são: tirania para a monarquia, oligarquia para a aristocracia e democracia para a república. A tirania é o governo de um só que age em benefício do monarca, a oligarquia visa o benefício dos ricos, a democracia o benefício dos pobres, e nenhuma delas se ocupa do interesse público. (ARISTOTLE, 1998, p. 78)¹⁴

Bem diferente de um suposto "governo do povo", o que realmente era valorizado no ápice da sociedade escravocrata nas cidades-estado da Grécia Antiga era a liberdade, ou seja, a igualdade de direitos políticos entre os cidadãos. E a grande consequência deste valor cívico em termos de governabilidade era a primazia dos interesses da maioria dos cidadãos. Entretanto, cabe perguntar, quem seriam os "cidadãos" ? Em geral, uma pequena elite privilegiada apenas. Assim, dependendo do 'demos' ao qual a "democracia" se refere, ainda na Grécia Antiga, o termo poderia ser interpretado como uma apologia à elite ou, ao contrário, como uma forte crítica ao sistema vigente. Além disso, o sufixo agrega um caráter belicoso à palavra porque "[...] *kratos* (poder) significa algo diferente de *archē*, o sufixo com o qual os nomes dos outros regimes políticos são formados. *Kratos* implica num elemento de força ligado às condições com as quais a democracia foi estabelecida [...]" (MOSSÉ, 2013, p. 260)¹⁵.

A primeira pergunta é: o que o termo 'demos' significava em Atenas ? Neste aspecto os registros [existentes] são bem claros: o 'demos' era a comunidade de cidadãos. Entretanto, nos escritos de oradores e filósofos o termo geralmente se refere aos "pobres" em oposição à elite. O quanto esta oposição variou em cada caso, e em qual intensidade, era um efeito dos fundamentos do sistema: o princípio da maioria (MOSSÉ, 2013, p. 262)¹⁶.

A liberdade como um fenômeno político foi contemporânea à ascensão das Cidades-Estado na Grécia Antiga. Desde Heródoto, ela era entendida como uma forma de organização política na qual os cidadãos viviam juntos sob a condição de não dominação, sem divisão entre governantes e governados. Esta noção de não dominação era expressa pela palavra 'isonomia', cuja mais notável característica entre as outras formas de governo, como os antigos as descreviam, era a ideia de que não havia um governante (o sufixo 'arquia' em monarquia

14 tradução nossa, do original: "Deviations from these are tyranny from kingship, oligarchy from aristocracy, and democracy from polity. For tyranny is rule by one person for the benefit of the monarch, oligarchy is for the benefit of the rich, and democracy is for the benefit of the poor. But none is for their common profit."

15 tradução nossa, do original: "[...] *kratos* (power) meant something different than *archē*, the term from which the names of the other political regimes are formed. *Kratos* implies an element of force linked to the conditions in which democracy was actually established, that is, the stasis (feuding) that threatened the unity of the polis immediately after the fall of the Pisistratids."

16 tradução nossa, do original: "The first question is, what did the term "demos" refer to in Athens? On this point the inscriptions are perfectly clear: the demos was the entire civic community. However, in the writings of orators and philosophers the term generally meant "poor citizens" as opposed to the elite. How sharp the opposition was varied from case to case; at any rate, this was an effect of one of the foundations of the system: the majority principle [...]"

ou oligarquia, ou o sufixo 'cracia' em democracia). A 'polis' deveria ser uma isonomia e não uma democracia. A palavra 'democracia' com o sentido de governo da maioria ou governo de muitos, foi originariamente cunhada por aqueles que se opunham à isonomia e que afirmavam: 'O que vocês chamam de 'ausência de governo' é, na verdade, um outro tipo de governo, a pior forma de governo possível: o governo do 'demos' (ARENDDT, 1990, p. 30)¹⁷.

Observa-se, então, que desde o seu surgimento a "democracia" já trazia consigo uma certa ambiguidade entre dois conceitos totalmente distintos e independentes: liberdade e "governo do povo". A quem era dada a liberdade, aos senhores de escravos ou aos escravos, e quem era esse "povo" que efetivamente governava, uma pequena elite ou a maioria da população, são conflitos interpretativos que jazem no uso político do termo desde tempos remotos.

Desta maneira, não será surpreendente constatar que foi exatamente na união destes dois conceitos que Tocqueville foi embasar o seu entendimento de "democracia". Partindo do mesmo grande valor civilizacional da Grécia Antiga, a igualdade política, o pensador francês verá na sociedade norte-americana, desprovida de prerrogativas hereditárias ou arbitrariedades sociais como títulos de nobreza, a realização do grande ideal grego. Inspirado pelas instituições e costumes estadunidenses, pelas suas diversas possibilidades de ascensão social e pela suposta ausência da miséria que assolava a Europa na época, ele veria nos EUA um conjunto de fatores únicos que corroborariam a um objetivo maior: a construção de uma verdadeira sociedade democrática.

Mas, nesta interpretação, a liberdade assumiria um significado diferente da isonomia dos antigos, para Tocqueville "[...] a noção de liberdade é a ausência de arbitrariedade. Quando o poder é exercido somente de acordo com as leis, os indivíduos gozam de segurança [...]" (ARON, 1993, p. 211). Ou seja, a liberdade se apoiava na constituição e nas instituições que garantiam a igualdade de direitos políticos.

"A tese de Tocqueville é, então, esta: a liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América." (ARON, 1993, p. 211)

A interpretação peculiar de Tocqueville para a realidade da Nação recém-surgida foi fundamental para a redefinição do conceito de democracia, sua adoção pela sociedade

17 tradução nossa, do original: "Freedom as a political phenomenon was coeval with the rise of the Greek city-states. Since Herodotus, it was understood as a form of political organization in which the citizens lived together under conditions of no-rule, without a division between rulers and ruled. This notion of no-rule was expressed by the word isonomy, whose outstanding characteristic among the forms of government, as the ancients had enumerated them, was that the notion of rule (the 'archy' from in monarchy and oligarchy, or the 'cracy' from democracy) was entirely absent from it. The polis was supposed to be an isonomy, not a democracy. The word 'democracy', expressing even then majority rule, the rule of the many, was originally coined by those who were opposed to isonomy and who meant to say: What you say is 'no-rule' is in fact only another kind of rulership; it is the worst form of government, rule by the demos"

norte-americana, e pela transformação do discurso político estadunidense em geral. Inicialmente republicanos e totalmente avessos ao termo, os cidadãos das ex-colônias inglesas, subitamente, se descobriram democratas desde as origens.

O termo "democracia" não exerceu influência alguma no surgimento da crise da colônias norte-americanas, e nenhum papel positivo na definição das estruturas políticas que levaram à sua surpreendentemente duradoura conclusão [...] Foi somente em retrospecto, quando a nova Constituição começou a funcionar e a nova Nação seguiu seu próprio caminho, que esta perspectiva mudou drasticamente. As familiares práticas do governo representativo inglês e, acima de tudo, a eleição de um grupo-chave de legisladores (que na América do Norte assumiu uma dimensão bem maior do que nos distritos parlamentares ingleses), foi rebatizada na linguagem do mundo antigo. Neste momento, os americanos começaram a se ver através do espelho do seu prolongado passado colonial como se tivessem sido democratas há muito tempo, sem o saber. A interpretação clássica desta imagem não foi dada por um autor americano, mas sim por um jovem aristocrata francês, Alexis de Tocqueville, escrevendo cerca de meio século depois da independência dos EUA. Ele e foi capaz de explicar isto aos americanos, não apenas aos seus compatriotas e contemporâneos europeus, de uma maneira mais sedutora do que qualquer um já o fizera até então (DUNN, 2019, p. 62)¹⁸.

É importante notar que esta visão de democracia libertária dos EUA ignora totalmente a pobreza e as injustiças sociais existentes neste país desde o início da colonização (WEST, 2015, p. 1), particularmente a escravidão que foi a base para a economia colonial e o desenvolvimento das ricas monoculturas sulistas. O entendimento de que a sociedade estadunidense foi um sucesso por proporcionar igualdade de condições e oportunidades a todos os seus habitantes é, no mínimo, tendencioso, pois não leva em conta a enorme arbitrariedade e desigualdade social do trabalho escravo, o problema indígena e a maneira como os colonos e imigrantes mais pobres eram explorados pelos mais bem sucedidos (AQUINO, 2002, p. 104-105). Enquanto o modelo político estadunidense poderia, para Tocqueville, representar um avanço em relação ao autoritarismo da monarquia europeia da época, a efetiva distribuição de poder entre as camadas da sociedade americana ainda estava bem distante dos interesses da maioria e do povo.

¹⁸ tradução nossa, do original: "[...] The term democracy played no role at all in initiating the crisis of the North American colonies, and no positive role in defining the political structures that brought it to its strikingly durable close [...] Only in retrospect, as America's new constitution was put to work and the new nation went on its way, did the perspective alter sharply. When it did so, the familiar practices of England's own representative government, above all the election of a key body of its legislators (in North America, usually on a far broader franchise than in most English parliamentary constituencies), found themselves rechristened in the language of the ancient world. Once they had been so, Americans began to see themselves, in the mirror of their protracted colonial past, as having long been democrats already without knowing it. The classic rendering of that picture was given not by an American author but by a young French aristocrat, Alexis de Tocqueville, writing some half a century after America's independence, and explaining the Americans not merely to his fellow countrymen and European contemporaries but also to themselves, more insinuatingly than anyone else has ever done before or since [...]"

No primeiro momento da construção da democracia estadunidense, a justiça social num sentido mais amplo simplesmente não foi levada em conta.

Nada poderia ser mais injusto do que ignorar o sucesso da Revolução Americana enquanto tecemos julgamentos sobre o fracasso da Revolução Francesa. Este sucesso não aconteceu somente devido à sabedoria dos fundadores da República, embora esta sabedoria tenha sido realmente notável. O que deve ser lembrado é que a Revolução Americana foi bem sucedida [...] que a Constituição foi estabelecida 'de fato', com uma existência real e em forma visível, e que ainda não se tornou para a liberdade o que a gramática é para a língua. A [verdadeira] razão para o sucesso e o fracasso foi que o dilema da pobreza [miséria] estava ausente das terras americanas e presente em todos os outros lugares do mundo [...] (ARENDDT, 1990, p. 68)¹⁹

A democracia liberal

Apesar da inspiradora interpretação elaborada por Tocqueville, a democracia continuou a ser questionada como um valor político, embora sua aceitação nos EUA e na Europa fosse crescente. A influência de pensadores importantes como John Stuart Mill, ainda no século XIX, contribuiu bastante para este debate. Defensor do governo representativo, Mill acreditava também na importância da participação popular na política e, já naquela época, idealizava uma associação de trabalhadores tendo em vista uma gestão financeira democrática. Para ele, a democracia seria um processo educacional gradual da população, capaz de fortalecer toda a sociedade.

Quando se diz que a maior força na sociedade se fará ainda mais forte no governo, o que chamamos de força? Não falamos de músculos ou tendões, mas sim da pura democracia, a única forma de política que poderia existir. À mera força muscular, adicione dois outros elementos, propriedade e inteligência, e nós estaremos mais próximos da verdade, mas ainda longe de alcançá-la (MILL, 2004, p. 13)²⁰.

Desta forma, a discussão sobre a desejabilidade da democracia foi ganhando força pública e, com isso, a sua visão idealista, já como um forte elemento do discurso político estadunidense, pode ser claramente notada no início do século XX.

19 tradução nossa, do original: "Nothing could be less fair than to take the success of the American Revolution for granted and to sit in judgement over the failure of the men of the French Revolution. The success was not due merely to the wisdom of the founders of the republic, although this wisdom was of a very high calibre indeed. The point to remember is that the American Revolution succeeded [...] that the Constitution could be established 'in fact', as 'a real existence, in a visible form', and still did not become 'to Liberty what grammar is to language'. The reason for success and failure was that the predicament of poverty was absent from the American scene but present everywhere else in the world [...]"

20 tradução nossa, do original: "[...] When it is said that the strongest power in society will make itself strongest in the government, what is meant by power? Not thews and sinews; otherwise pure democracy would be the only form of polity that could exist. To mere muscular strength, add two other elements, property and intelligence, and we are nearer the truth, but far from having yet reached it [...]"

Um exemplo significativo é o discurso do Presidente Woodrow Wilson, em 1917, ao defender perante ao Congresso a entrada do país na Primeira Guerra Mundial.

[...] Nós lutaremos pelo que temos sempre mais próximo dos nossos corações: pela democracia, pelo direito daqueles que se submetem à autoridade terem uma voz nos seus governos, pelos direitos e a liberdade das Nações mais fracas, pela prevalência universal do bem através de um concerto tal de liberdades que trará paz e segurança para todas as Nações e fará com que todo o mundo se torne livre afinal [...] (THOMPSON, 2002, p. 150)²¹

A participação decisiva dos EUA na vitória dos aliados ao final da Primeira Guerra Mundial e o significativo poder econômico que o país conquistara deu a Woodrow Wilson e seu projeto político uma grande projeção internacional, embora, poucos anos depois, o debate em favor da democracia tenha esvanecido completamente com a crise econômica mundial de 1929 e a consequente ascensão do fascismo na Europa (AQUINO, 2002, p 385).

Nesta época, surgiu o trabalho de um autor cuja influência seria decisiva na definição mais básica do conceito de democracia para o Ocidente no pós-guerra. O seu livro, lançado em meio à Segunda Guerra Mundial, fazia uma crítica considerada definitiva para os ideais participativos que ainda amparavam a democracia e passou a servir de base para a teoria democrática ocidental que surgiria posteriormente, durante a Guerra Fria.

O ponto de partida para a atual concepção liberal de democracia é a doutrina do economista austríaco Joseph Schumpeter, que mudou a história da reflexão política ao lançar seu *Capitalismo, socialismo e democracia* (1942). As poucas páginas que dedica à questão da democracia, numa obra voltada sobretudo a uma revisão polêmica do pensamento marxista, tiveram enorme repercussão e, de alguma maneira, redefiniram o sentido da palavra (MIGUEL, 2005, p. 9).

A crítica de Schumpeter é que os pressupostos do que ele chama de "teoria clássica" da democracia não existem no mundo real. As premissas para uma decisão popular consistente e racional tal como cidadãos interessados, bem informados, plenamente conscientes dos seus desejos e voltados para o bem comum são, simplesmente, irrealis, e por isso os ideais democráticos tradicionais não podem orientar governos efetivos na realização do interesse público (MIGUEL, 2005, p. 9).

21 tradução nossa, do original: "[...] We shall fight for the things we have always carried closest to our hearts - for democracy, for the right of those who submit to authority to have a voice in their own governments, for the rights and liberties of small nations, for a universal dominion of right by such a concert of free peoples as shall bring peace and safety to all nations and make the world itself at last free [...]"

Sem condições de cumprir com suas aspirações utópicas, a democracia deixaria, então, de ser um conjunto de valores para se tornar apenas um procedimento de escolha de líderes devidamente capazes de representar os interesses da população. Ou seja: um "[...] certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, legislativas e administrativas [...]" (SCHUMPETER, 2008, p. 242)²². A democracia não significa que o "povo" governa, mas sim que "[...] as pessoas têm a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que as governam [...]" (SCHUMPETER, 2008, p. 284)²³.

Schumpeter afirma que o conceito moderno de democracia está associado com a ascensão da burguesia e por isso guarda muitos dos ideais defendidos por esta classe como o racionalismo e a valorização do indivíduo. Desta maneira, a existência de uma classe política devidamente qualificada seria a garantia para um certo nível de democracia no capitalismo, embora o autor admita que "[...] não é possível existir uma "verdadeira" democracia no capitalismo [...]" (SCHUMPETER, 2008, p. 298)²⁴ porque uma excessiva expansão do poder decisório dos representantes sobre a área econômica comprometeria a liberdade na economia. O instrumento para a existência de um bom governo seria a "liderança competitiva", a seleção, por parte dos eleitores, dos políticos melhor capacitados às funções públicas.

Schumpeter estabelece quatro condições básicas para uma democracia: a) Políticos com competência suficiente para exercer seus cargos (qualidade intelectual e moral) b) Decisões políticas desprovidas de uma amplitude excessiva (respeito à legislação e constituição instituída) c) Existência de uma burocracia tecnicamente competente e capaz de orientar os políticos (elaboração e implementação de políticas públicas) d) Autocontrole democrático, ou seja, capacidade intrínseca de manter o método democrático em funcionamento e resiliência contra a degeneração do sistema (corrupção, por exemplo). (SCHUMPETER, 2008, p. 290-295)

Na visão de Schumpeter, a aspiração democrática sob o capitalismo seria reduzida a um mero mecanismo procedural de legitimação da escolha de governantes, sem que esses líderes sejam, necessariamente, obrigados a corresponder aos anseios da coletividade no exercício dos seus mandatos. As decisões públicas, ao invés de serem fruto de uma deliberação ampla sobre as questões coletivas, passam a ser definidas somente pelos políticos profissionais que substituem, desta forma, a participação e a deliberação comuns pelo simulacro e a voz do cidadão pelos interesses de uns poucos privilegiados.

22 tradução nossa, do original: "[...] Democracy is a political method, that is to say, a certain type of institutional arrangement for arriving at political—legislative and administrative—decisions and hence incapable of being an end in itself [...]"

23 tradução nossa, do original: "[...] Democracy means only that the people have the opportunity of accepting or refusing the men who are to rule them [...]"

24 tradução nossa, do original: "[...] That there "cannot" be true democracy in the capitalist order is nevertheless an obvious overstatement."

Referências

- AQUINO, Rubim S. L. de et al. **História das Sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARISTOTLE. **Politics**. Tradução de C. D. C. Reeve. Cambridge: Hackett, 1998.
- ARENDDT, Hannah. **On Revolution**. London: Penguin Books, 1990.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de S. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de S (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DUNN, John. **Setting the People Free: The history of Democracy**. 2nd ed. Princeton: Princeton University, 2019.
- FEUERBACH, Ludwig. **The Essence of Christianity**. 2. ed. London: Trübner & Co, 1881.
- HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes: The short twentieth century 1914-1991**. London: Abacus, 1994.
- MIGUEL, Luis F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 59, p. 5-42, 1º semestre 2005. Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-59> >. Acesso em: 1 mar. 2019.
- MILL, John S. **Considerations on Representative Government**. [s.l.]: The Pennsylvania State University, 2004. Disponível em < <http://emilkirkegaard.dk/en/wp-content/uploads/John-Stuart-Mill-Considerations-on-Representative-Government.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2019.
- MOSSÉ, Claude. The Demos' Participation in Decision-Making: Principles and Realities. In: ARNASON, Johann P. et al. (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.
- National Archives. **The Constitution of the United States: A Transcription**. Disponível em < <https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript> >. Acesso em 9 mar. 2019.
- OBAMA, Barack. **Address to the people of Greece**. 16 nov. 2016. Disponível em < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/barackobama/barackobamagreepeople.htm> > Acesso em: 10 jan. 2019.
- RUNCIMAN, David. **Political Hypocrisy: The Mask of Power from Hobbes to Orwell and beyond**. Princeton: Princeton University, 2008.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism, and Democracy**. New York: HarperCollins, 2008.
- THOMPSON, John A. **Woodrow Wilson**. London: Pearson, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la Démocratie en Amérique**. Tome Premier. 12. ed. Paris: Pagnerre, 1848.
- WEST, Thomas. **Poverty and Welfare in the American Founding**. 19 mai. 2015. Disponível em < <https://www.heritage.org/poverty-and-inequality/report/poverty-and-welfare-the-american-founding> >. Acesso em 23 mar. 2019.